



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

MS  
P

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Mota Pimentel de Oliveira

Agravado: Cleide Nunes dos Santos

Defensor Público: Aline de Moraes Araújo

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO DABIGATRANA (PRATAXA) À CIDADÃ HIPOSSUFICIENTE. PORTADORA DE ARRITMIA CARDÍACA. NÃO VIOLA PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. SÚMULA 18 TJPE.

1. O direito subjetivo à saúde está, no ordenamento jurídico pátrio, garantido por meio de norma programática insculpida no art. 196 da Constituição Federal.

2. Constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência indissociável do direito à vida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

3. Enunciado 18 da Súmula do TJPE: É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

4. Não ocorre violação ao princípio constitucional da separação dos poderes (CRFB, art.60, §4º, inciso III) quando o Judiciário se envolve em questões de mérito administrativo objetivando garantir o respeito ao princípio da legalidade.

5. À unanimidade, negado provimento ao recurso de agravo.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso de Agravo nº 0305154-9, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 8 de OUTUBRO de 2013.

Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

116  
12

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Mota Pimentel de Oliveira

Agravado: Cleide Nunes dos Santos

Defensor Público: Aline de Moraes Araújo

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

**RELATÓRIO**

1. Trata-se de Agravo Legal interposto contra decisão monocrática que, com esteio no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento de nº 0305154-9, ajuizado pelo Estado de Pernambuco em face da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública do Cabo de Santo Agostinho, nos autos da Ação de obrigação de fazer com Pedido de Antecipação de Tutela (processo nº 0001690-22.2013.8.17.0370).

2. Aduz o agravante que a decisão vergastada merece reforma, pois não há indicação na mesma de qualquer jurisprudência ou súmula de tribunal superior acerca das matérias indicadas, mormente em relação à possibilidade de deferimento de pedido quando inexistente comprovação de eficácia exclusiva do medicamento em detrimento dos tratamentos disponibilizados no Sistema Único de Saúde - SUS.

3. Não satisfeito com a decisão monocrática de fls. 91/101, o Estado de Pernambuco requer que esta relatoria, com base no art. 557, §1º, do CPC, retrate-se da decisão vergastada. Em não havendo juízo de retratação, pugna pelo provimento do presente agravo, para que seja reformada a decisão monocrática hostilizada.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 8 de outubro de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

Agravante: Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Mota Pimentel de Oliveira

Agravado: Cleide Nunes dos Santos

Defensor Público: Aline de Moraes Araújo

Relator: Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

**VOTO**

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

4. Tendo em vista os argumentos coligidos pela parte agravante, entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta e. Câmara de Direito Público.

5. Conforme o disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, o provimento antecipatório dos efeitos da tutela jurisdicional pressupõe a existência de prova inequívoca que conduza a um juízo de verossimilhança acerca das alegações do requerente, bem como o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação ou o abuso de direito de defesa ou ainda o manifesto propósito protelatório do réu.

Pois bem. No caso em espécie, cuido estarem presentes os requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório da tutela de mérito, de sorte que afigura-me escorreita a decisão, ora agravada. Explico.

6. O direito subjetivo à saúde está, no ordenamento jurídico pátrio, garantido por meio de norma programática insculpida no art. 196 da Constituição Federal.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A partir da leitura do dispositivo supramencionado, pode-se observar que constitui dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, assegurar a todas as pessoas o direito à manutenção da saúde, consequência indissociável do direito à vida.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

MS  
P

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

Sendo assim, conclui-se que o pleito de fornecimento de medicamento pelo ente estatal é lícito, desde que reste comprovada a necessidade do tratamento e a falta de condições de adquiri-lo por parte do requerente, sob pena de abrir-se precedente contrário à garantia constitucional insculpida no art. 196 da CRFB/88.

Em meio à presente discussão, merece destaque a importante missão do Judiciário em realizar a implementação da efetividade das normas constitucionais, não podendo este Poder ficar apático diante da inconstitucional omissão estatal em não conferir concretização aos preceitos constitucionais, de modo que, no caso em tela, é imperiosa a ingerência do Poder Judiciário, para resguardar o direito público subjetivo à saúde previsto na Constituição Cidadã de 1988.

Em relação ao tema, o eg. Supremo Tribunal Federal já se manifestou, de forma reiterada, nesse mesmo sentido, conforme se infere dos seguintes arestos:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS A PACIENTE HIPOSSUFICIENTE. OBRIGAÇÃO DO ESTADO.**

Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita. Obrigação do Estado de fornecê-los. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STF, AI-AgR 648.971/RS, rel. Min. Eros Grau, Segunda Turma, DJ 04.09.2007).

**PACIENTE COM HIV/AIDS - PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS - DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196) - PRECEDENTES (STF) - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA.**

- O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar.

- O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE.

- O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES.- (...) Precedentes do STF.

(STF, RE-AgR 271286/RS, rel. Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 24.11.2000).

Outro não é o entendimento do col. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. ART. 544 DO CPC. RECURSO ESPECIAL. SUS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRATAMENTO DE ANGIOPLASTIA BILATERAL. ARTIGO 196 DA CF/88. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. LEGITIMIDADE PASSIVA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS LEGAIS. PREENCHIMENTO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ.

1. O Sistema Único de Saúde-SUS visa a integralidade da assistência à saúde, seja individual ou coletiva, devendo atender aos que dela necessitem em qualquer grau de complexidade, de modo que, restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna.
2. Ação objetivando a condenação da entidade pública ao fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento de Angioplastia Bilateral.
3. O direito à saúde é assegurado a todos e dever do Estado, por isso que legítima a pretensão quando configurada a necessidade do recorrido.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

120  
a

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

4. O Estado, o Distrito Federal e o Município são partes legítimas para figurar no pólo passivo nas demandas cuja pretensão é o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à saúde de pessoa carente, podendo a ação ser proposta em face de quaisquer deles. Precedentes: REsp 878080 / SC; Segunda Turma; DJ 20.11.2006 p. 296; REsp 772264 / RJ; Segunda Turma; DJ 09.05.2006 p. 207; REsp 656979 / RS, DJ 07.03.2005. (...) (STJ, AI-AgRg 1.044.354/RS, rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 14.10.2008).

No particular, verifico a coexistência de todos os requisitos necessários à antecipação dos efeitos da tutela pleiteada pela Parte Autora, não encontrando guarida, portanto, os argumentos trazidos pelo Estado Agravante.

7. É Irrelevante o fato de que o medicamento postulado pela Autora/Agravada não esteja presente nas listas de medicamentos fornecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, posto que, como dito, tem o Estado o dever de garantir o direito subjetivo à saúde do cidadão.

A propósito, a matéria posta à apreciação não é nova no âmbito do Judiciário e já se encontra inclusive sumulada por este E. Tribunal de Justiça de Pernambuco. O Enunciado 18 da Súmula do E. Tribunal de Justiça de Pernambuco está de tal modo assentado:

"Súmula 018. É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial."

O Supremo Tribunal Federal já se manifestou, de forma reiterada, nesse mesmo sentido, conforme se infere dos seguintes arestos:

"SAÚDE - PROMOÇÃO - MEDICAMENTOS. O preceito do artigo 196 da Constituição Federal assegura aos necessitados o fornecimento, pelo Estado, dos medicamentos indispensáveis ao restabelecimento da saúde." (Ag.Reg. no Agravo De Instrumento 837.642 RS, Relator: Ministro Marco Aurélio)

"PACIENTE COM HIV/AIDS - PESSOA DESTITUÍDA DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS - DEVER CONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO (CF, ARTS. 5º, CAPUT, E 196)- PRECEDENTES (STF) - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público

Desembargador  Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, inclusive àqueles portadores do vírus HIV, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMAR-SE EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS A PESSOAS CARENTES. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes, inclusive àqueles portadoras do vírus HIV/AIDS, dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, caput, e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF.

Em relação à alegação do agravante da não comprovação de que a utilização do fármaco em debate seja a única alternativa terapêutica para sua enfermidade, o que dever ser salientado é que o médico que atendeu a autora/gravada é quem possui as melhores condições técnicas de aferir e receitar o medicamento/tratamento mais indicado para o caso em análise, assim como a sua substituição. *In casu*, inclusive, não foi autorizada a troca na medicação da agravada, conforme se verifica à fl. 53 dos autos.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

122  
R

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

Nossa jurisprudência corrobora esse entendimento em casos semelhantes, dispondo, ainda, que a existência de tratamento alternativo não impede o fornecimento pleiteado:

RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO (LUCENTIS) À PESSOA HIPOSSUFICIENTE PORTADORA DE EDEMA MACULAR CLINICAMENTE SIGNIFICANTE DEVIDO A OCLUSÃO DE RAMO DA VEIA CENTRAL DA RETINA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. TERAPÊUTICA INDICADA PELO MÉDICO ESPECIALISTA QUE ACOMPANHA O AGRAVADO. DEVER DO ESTADO DE FORNECER O FÁRMACO. SÚMULA 18 DO TJPE. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. UNANIMIDADE. 1. A verossimilhança dos argumentos da parte agravada, ensejadora da concessão da tutela antecipada em seu favor, defluem da declaração médica acostada à fl. 27. A médica oftalmologista que faz o acompanhamento do agravado afirma expressamente que o paciente possui baixa visão no olho direito e que a melhor opção terapêutica são as injeções de antiangiogênico na cavidade vítrea. 2. Quanto à alegação de caráter off label do tratamento, o que deve ser ressaltado é que a médica que atendeu o paciente/agravado é quem detém as melhores condições técnicas de avaliar e receitar o medicamento mais indicado para o caso concreto, bem como se é possível a substituição deste. 3. Ressalte-se que o demandante/agravado realizou tratamento tradicional com fotocoagulação a laser, vitrectomia e injeção intravítrea de triancilona, apresentando, contudo, apenas uma melhora parcial. Revela-se, portanto, que a terapêutica com Lucentis não foi a primeira opção da médica, demonstrando-se a tentativa de cura através de outros tratamentos, cujos resultados não foram satisfatórios. 4. A antecipação de tutela deferida pelo juízo de primeira instância e mantida neste grau de jurisdição se justifica pela urgência do tratamento da enfermidade, pois, do contrário, há risco de perda da visão. 5. Aplicação de precedentes dos Tribunais Superiores e de entendimento veiculado no enunciado da Súmula nº 18 do TJPE: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial". 6. Recurso de agravo conhecido e improvido. Unanimidade. (2616746 PE 0000806-70.2012.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 14/02/2012, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 40/2012)

Desembargador  Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

123  
R

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADOR DE DEGENERAÇÃO MACULAR OFTALMOLÓGICA. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. APLICABILIDADE DO ART. 557 DO CPC. MULTA DIÁRIA. AUSÊNCIA DE ÔNUS EXCESSIVO. INTEGRATIVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 557CPC

1. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade. 2. Mesmo que o procedimento não esteja previamente elencado pela Administração ou mesmo que existam outras formas de tratamentos alternativos disponibilizadas pelo SUS, não há óbice ao fornecimento pleiteado, eis que a garantia à saúde e, em última análise, à vida é ampla e irrestrita, não cabendo à Administração erguer barreiras burocráticas ensejando obstaculizar ou mesmo impedir o tratamento adequado, notadamente na hipótese do cidadão ser portador de moléstia grave, sendo estritamente necessário procedimento prescrito. 3. Observância da Súmula 18 desta Corte de Justiça, o que reafirma a correta aplicação do art. 557, caput, do CPC. 4. É lícito ao magistrado fixar astreintes contra a Fazenda Pública com o objetivo de assegurar o adimplemento da obrigação de fazer consistente no fornecimento de medicamentos ou congêneres, não havendo que se falar em ônus excessivo na espécie. 5. Recurso de agravo unanimemente improvido, sem vulneração aos dispositivos explicitamente prequestionados.

(15341420128170000 PE 0003151-09.2012.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 12/04/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 76)

À vista de tais considerações, pode-se concluir que comprovada a necessidade do tratamento associada à falta de condições de adquirir o medicamento necessário, o cidadão poderá, sim, buscar proteção junto ao Poder Judiciário para que sejam disponibilizados pelo Estado os meios necessários ao adequado tratamento da enfermidade.

Nesse contexto, tenho que o laudo médico, a declaração de hipossuficiência e demais documentos acostados pela Autora/Agravada constituem provas inequívocas, suficientes a convencer o juízo da verossimilhança das alegações autorais.

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

124  
a

Agravo no Agravo de Instrumento nº 0005630-38.2013.8.17.0000 (0305154-9)

Por outro lado, a existência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação é inquestionável. Com efeito, a não antecipação da tutela poderia tornar, no futuro, inócua qualquer prestação jurisdicional. O perigo da demora é, portanto, flagrante, de forma que me afiguram presentes os requisitos autorizadores da concessão do provimento antecipatório dos efeitos da tutela de mérito.

8. Ora, como se pode observar, não assiste razão ao agravante, haja vista que os fundamentos por ele espostos não são suficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Como bem exposto na decisão vergastada, o cerne da questão em apreço diz respeito ao direito público subjetivo à saúde. À vista de sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, o direito à saúde está inserido no seletor rol dos direitos fundamentais sociais (v. art. 6, CF), compondo ainda o grupo de direitos que preveem o mínimo existencial para o ser humano.

9. Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do presente recurso de Agravo Legal, mantendo-se, *in totum*, a decisão monocrática, ora guerreada.

É como voto.

Recife, 8 de outubro de 2013.

Jorge Américo Pereira de Lira

Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator